



História, Ciências, Saúde - Manguinhos

ISSN: 0104-5970

hscience@coc.fiocruz.br

Fundação Oswaldo Cruz

Brasil

Carula, Karoline

Perigosas amas de leite: aleitamento materno, ciência e escravidão em A Mãe de Família

História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. 19, dezembro, 2012, pp. 197-214|

Fundação Oswaldo Cruz

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386138072011>

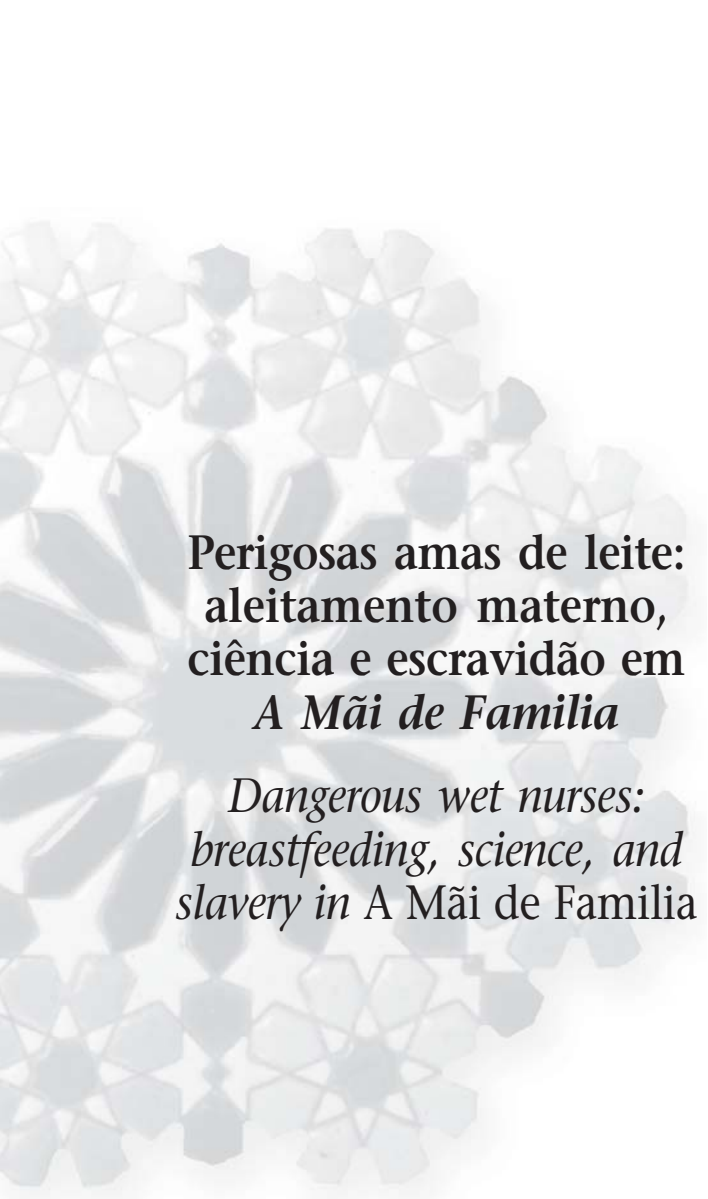
- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



Perigosas amas de leite: aleitamento materno, ciência e escravidão em *A Mãe de Família*

*Dangerous wet nurses:
breastfeeding, science, and
slavery in A Mãe de Família*

Karoline Carula

Professora/Universidade Federal Fluminense
Rua José do Patrocínio, 7
28030-130 – Campos dos Goytacazes – RJ – Brasil
karolinecarula@yahoo.com.br

Recebido para publicação em julho de 2011.
Aprovado para publicação em outubro de 2011.

CARULA, Karoline. Perigosas amas de leite: aleitamento materno, ciência e escravidão em *A Mãe de Família*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, p.197-214.

Resumo

Examina de que modo, em *A Mãe de Família*, jornal veiculado na Corte (1879-1888), a defesa do aleitamento materno esteve imbricada com questões relativas à escravidão. São analisados, em especial, artigos assinados pelo médico Carlos Costa, principal redator e fundador do periódico. Começando por apresentar o jornal, destaca-se a luta em prol do aleitamento materno como tema de grande relevância, visando educar a mulher para desempenhar satisfatoriamente a maternidade dentro dos parâmetros higiênicos. Discute-se, em seguida, como o fato de a maioria das amas de leite ser escrava influenciou na argumentação contra o aleitamento mercenário. Por fim, analisa-se um conto publicado no jornal, no qual são narradas as desventuras de uma ama de leite cativa.

Palavras-chave: aleitamento materno; ciência; escravidão; *A Mãe de Família*; Rio de Janeiro oitocentista.

Abstract

The article examines how the defense of breastfeeding was intertwined with slavery-related issues in 'A Mãe de Família', a newspaper that circulated in the city of Rio de Janeiro (1879-1888). A special focus of analysis are the articles signed by physician Carlos Costa, main editor and founder of the periodical. After introducing the newspaper, the text goes on to highlight the fight in favor of breastfeeding, which was a highly notable topic aimed at educating women to fulfill their maternal roles in accordance with hygienic parameters. It then discusses how the fact that most wet nurses were slaves influenced arguments against mercenary breastfeeding. Lastly, it analyzes a story published in the newspaper, which narrates the misfortunes of a captive wet nurse.

Keywords: breastfeeding; science; slavery; *A Mãe de Família*; eighteenth-century Rio de Janeiro.

Carlos Costa e o aleitamento materno

Em 1879, o médico higienista Carlos Costa fundou, na cidade do Rio de Janeiro, o jornal *A Mãe de Família*, tornando-se seu redator principal. Foi a partir da seção “Cartas às Senhoras Brasileiras”, publicada na *Gazeta de Notícias*, em 1877, que ele o concebeu. Na referida seção, seu objetivo era tratar de questões relativas à higiene infantil – assunto sempre presente na nova publicação. Seu público-alvo era a mulher branca e pertencente à elite. Diferentemente dos demais periódicos existentes na época voltados para mulheres, geralmente de curta duração, *A Mãe de Família* teve boa aceitação, circulando entre 1879 e 1888 (Turack, 2008). Era vendido não apenas na Corte, mas também em outras províncias – São Paulo e Minas Gerais (Camara, 2008).

Costa inspirou-se no jornal francês *La Jeune-Mère*, editado pelo também médico André Théodore Brochard, para criar *A Mãe de Família*. A finalidade da publicação nacional era a mesma da congênere europeia: educar a mulher para ser uma boa mãe de família. Cynthia Fevereiro Turack (2008, p.55) sustenta que a influência também se deu em termos discursivos, “muitos dos sentidos organizados e veiculados no jornal francês acerca das mulheres e da maternidade foram (re)produzidos ou adaptados para sociedade carioca”.

Na empreitada de instrução da mulher, a defesa do aleitamento materno constituiu um assunto prioritário em *A Mãe de Família*. Essa persistência indica a importância que o tema havia adquirido na sociedade de fins do século XIX. Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro (2006, p.40) informa que as saúdes da mulher e da criança, bem como a questão da amamentação, passaram a ser tratadas como “assuntos de Estado”, no sentido de que suas remodelações poderiam contribuir positivamente para a imagem do país como civilizado.

Entregar o filho para ser amamentado por outra mulher era apontado como um erro gravíssimo. Na interpretação de Carlos Costa, as mulheres eram displicentes no cumprimento do único papel que lhes cabia – a maternidade. O médico sustentava que era necessário ensiná-las a serem mães – “não será verdadeiramente mãe a mulher que não aleitar seu filho” (Costa, abr. 1879b, p.58; grifos do original). Ele afirmava que, às mães brasileiras, não faltava amor a sua prole, mas elas não tinham conhecimento do modo adequado de se exercer a maternidade. Cabia aos ilustrados em ciência comunicar-lhes esse saber, para que dessempenhassem satisfatoriamente sua função social.

Para Costa (maio 1879, p.65), as mulheres que se recusavam a amamentar seus filhos o fariam devido “à negligência, ao egoísmo, à indolência, à servil submissão as etiquetas sociais, a vaidade e o luxo”. O médico condenava igualmente aquelas que saíam com seus filhos para gozar a vida em sociedade (teatros, passeios, bailes etc.), sem se preocupar com a saúde dos pequenos. Elas esqueciam as obrigações maternas (que seriam sagradas porque recebidas de Deus), preferindo os “prazeres mundanos” (Costa, abr. 1879a, p.64). Diferente da falta de instrução, nesse caso seriam os desvios de uma determinada conduta moral que fariam com que essas mulheres não exercessem a maternidade em sua plenitude. Entretanto, tudo poderia ser diferente caso seguissem os “conselhos dos homens de ciência” – nesse caso, os médicos (Costa, maio 1879, p.65).

Com o intuito de conferir maior credibilidade às suas palavras, o redator de *A Mãe de Família* enfatizou o fato de falar em nome da ciência – “declaro com ‘a autoridade dos

homens encanecidos na ciência e na observação que o leite é o único real alimento das crianças” (Costa, abr. 1879b, p.58; grifos do original). Em sua perspectiva, o fato de pertencer à categoria de homem da ciência lhe fornecia a autoridade necessária para que suas palavras fossem dignas de confiança, consideradas verdades.

Se a mulher alimentara o filho com o seu próprio sangue durante nove meses, nada mais correto que, após o nascimento, continuasse a fazê-lo por meio do leite. Para sustentar seu argumento, Carlos Costa citou os animais na natureza, que alimentavam seus filhotes sem que ninguém precisasse lhes dizer o que fazer. Foram publicados vários artigos no jornal que destacavam o amor materno, ou instinto maternal, em animais – cobras, aves, insetos, cetáceos –, a fim de mostrar que era natural a existência do sentimento. Utilizando-se desse argumento, o médico questionou por que o mesmo não aconteceria com a mulher, uma vez que, diferente dos outros animais, ela possuía inteligência (Costa, abr. 1879b, p.58).

Em sua opinião, a alimentação do bebê poderia dar-se dos seguintes modos, sendo a amamentação materna a higienicamente mais adequada: “Devemos apresentar três hipóteses, em relação ao aleitamento: 1) ou a mãe amamenta seu filho; 2) ou é feito o aleitamento artificial” (Costa, abr. 1879b, p.59). A terceira hipótese, que não chegou a ser publicada, provavelmente se referia à utilização da ama de leite. É possível que, por um erro de editoração, ela não tenha sido impressa, uma vez que esse método foi discutido outras vezes no jornal.

Nas teses de medicina, era comum o aleitamento ser dividido em quatro tipos: materno, artificial, misto feminino e mercenário. O artificial, segundo Sandra Sofia Machado Koutsoukos (2010), só deveria ser utilizado quando a mãe não pudesse amamentar por algum motivo físico e não encontrasse uma ama de leite que satisfizesse os preceitos higiênicos. Nele, o alimento era composto pelo leite animal ou por produtos industrializados destinados à alimentação infantil. O aleitamento misto seria aquele em que mãe, em virtude de não produzir leite o suficiente ou ter o ‘leite fraco’, dividia a amamentação com uma ama.

O aleitamento ‘mercenário’ referia-se àquele em que as mulheres amamentavam a criança mediante um pagamento previamente estipulado. No caso de uma ama de leite escrava, o dinheiro iria para o seu proprietário. De acordo com Maria Carneiro (2006, p.45), o vocábulo mercenário era “usado pelo discurso da medicina para distingui-lo do aleitamento materno e do artificial; o termo, habitualmente usado para designar soldados ‘mercenários’ que trabalham por dinheiro e ‘sem amor à pátria’, sugere que se tratava de um serviço ‘estrangeiro’, venal e interesseiro, ou realizado pelo dinheiro”. A autora sugere que a implicação negativa da palavra possa ter sido importada de textos europeus, nos quais as mulheres que vendiam seu leite pensavam, antes de qualquer coisa, no lucro que obteriam – diferente do que ocorria aqui, uma vez que boa parte do contingente de amas de leite era composto por escravas, que não optavam por vender seu leite tampouco ficavam com o lucro resultante dessa venda.

Na análise do médico, juntamente com “muitos ilustres especialistas”, o melhor leite para substituir o da mulher era o de vaca, que deveria ser oferecido à criança por meio da mamadeira (Costa, jul. 1879, p.97). Chamar seus colegas de “ilustres” conferia a seu argumento maior confiabilidade.

Por se tratar de um leite fácil de se encontrar no mercado e com uma composição próxima à do leite humano, Carlos Costa indicava o leite de vaca para alimentar as crianças que não eram amamentadas por mulheres. Era necessário, entretanto, tomar alguns cuidados em sua administração. O médico recomendou, por exemplo, que fosse misturado com água, na proporção de dois terços para um de água, uma vez que o leite do animal teria mais manteiga e caseína que o da mulher. Costa indicou também a adição de bicarbonato de sódio (cinco centigramas por mamadeira). Essa mistura faria com que o leite de vaca se tornasse menos irritante ao estômago dos pequenos. Desaconselhou sua fervura, sugerindo apenas amorná-lo em banho-maria.

Embora tenha mencionado outros colegas que com ele compartilhavam essa opinião sobre o leite animal mais adequado aos lactantes, não havia consenso entre os médicos a esse respeito. Ao analisar teses produzidas pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Maria Carneiro (2006) constatou que era recorrente a comparação de outras formas de aleitamento com a materna. A autora afirma que essa produção acadêmica estava sintonizada com as pesquisas francesas acerca do aleitamento artificial e misto.

Em sua tese de 1869, o médico Murillo Mendes Vianna recomendava, caso a mãe não pudesse amamentar, o leite de cabra ou de ovelha, por serem animais mais dóceis e não por suas qualidades nutricionais. Em outra tese do mesmo ano, José Ribeiro dos Santos Zamith afirmou que o melhor leite era o da jumenta, por assemelhar-se ao da mulher, sendo, contudo, pouco utilizado devido à dificuldade de encontrá-lo (Carneiro, 2006, p.247-248). Apesar das divergências entre os médicos em relação ao melhor leite animal a ser utilizado, todos concordavam que o melhor alimento para o bebê era o leite materno.

No tocante ao leite de cabra, alguns médicos indicavam que a ingestão deveria ser feita diretamente no animal, devido a sua docilidade. De acordo com Koutsoukos (2010, p.161), esses profissionais recomendavam que “a cabra fosse bem alimentada, que não vivesse o tempo todo presa, não tivesse chifres e que, no início do processo de alimentação (por que apenas no início?), fosse constantemente vigiada”.

Além de anunciarem o serviço das amas de leite, os jornais também publicavam a venda de cabras e de alimentos artificiais para a alimentação do bebê, como a farinha láctea da Nestlé e o leite condensado, devendo este último ser diluído para ser oferecido ao lactante. Esses produtos passaram a ser anunciados a partir da década de 1870; todavia, só vieram a ser realmente utilizados nas primeiras décadas do século XX.¹ Em fins do Oitocentos, o aleitamento feito pela ama de leite continuou sendo o mais comum. Embora Carlos Costa defendesse veementemente o aleitamento materno, deixou que fosse publicado no periódico um anúncio dos produtos utilizados no aleitamento artificial. Interessante mencionar que a chamada do anúncio era “Ama de Leite”. Provavelmente com o intuito de atrair mais atenção da leitora, a publicidade afirmava que os produtos Nestlé serviam para dispensar as amas de leite. A propaganda divergia do que pregava o redator da folha, que defendia ser o aleitamento humano preferencial ao artificial.

Carlos Costa asseverava que a alta taxa de mortalidade infantil era resultado de má alimentação. Outra maneira de coagir a mãe a amamentar seu próprio filho era causando um sentimento de perda e culpa. Por exemplo, o primeiro sorriso da criança iria para quem

a amamentasse. Privar-se desse sorriso seria o “castigo, justo e merecidamente infligido pela natureza” para tal desleixo (Amor... 1879, p.133). Eram comuns ameaças feitas pelos médicos: os seios e outros órgãos inflamariam em consequência do acúmulo de líquido, e o filho apenas teria afeto por aquela que o amamentasse (Koutsoukos, 2010).

Amas de leite e criadas escravas

Em consonância com a opinião da maioria dos médicos, na concepção de Carlos Costa, o leite transmitiria às crianças características morais da nutriz. Uma maneira de garantir esses traços seria a própria mãe aleitar sua prole. O médico destacou que no caso do Brasil o problema de as mulheres não amamentarem era ainda mais grave:

Quanto às crianças são indescritíveis as vantagens do aleitamento natural, em relação ao físico ou moral.

Quanto ao físico, tudo depende da qualidade do leite, sua abundância e método na sua administração.

Quanto ao moral, é fato, de cuja exatidão estou convencido, que as crianças adquirem o gênio, o caráter das mães ou das amas, desde os primeiros tempos da vida. Desde essa idade convém ser educado o homem, que é tão fácil em adquirir tudo quanto é mau.

É o que se dá com as amas, sobretudo aqui em nosso país, onde para tudo somos fáceis.

Entregam com toda a liberdade as crianças às amas, negras africanas, estúpidas, cheias de vícios, sem carinhos etc., o que faz que as crianças facilmente adquiram esses vícios, tornam-se impertinente etc. etc. (Costa, maio 1879, p.67).

O aleitamento materno traria dupla vantagem. Em primeiro lugar, a qualidade do leite da mãe seria sempre melhor que a de qualquer outro. Em segundo lugar, garantia a qualidade moral do filho, dando-se sua transmissão pelo próprio alimento.

Carlos Costa censurou ainda aquelas que entregavam seus filhos às amas de leite, nesse caso as negras, fossem elas escravas ou libertas (uma vez que não especificou sua condição). Havia em suas palavras uma forte conotação racista, já que partia do princípio de que se tratava de mulheres sem inteligência, repletas de vícios e desprovidas de carinho. Características consideradas inerentes, que poderiam passar por meio do leite para os filhos das mulheres brancas, que contrairiam os mesmos vícios, se tornando insolentes.

Aqui está um ponto recorrente no discurso médico da época: a valorização do aleitamento materno em oposição ao efetuado por escravas. Incentivar esse tipo de alimentação situava o Brasil no rol dos países considerados civilizados, nos quais os médicos também incentivavam, com base em discursos científicos, a amamentação materna. Entretanto, em terras brasileiras, havia a peculiaridade de a maioria das amas de leite ser escrava – alugadas ou pertencentes à própria família. Tal fato proporcionava um argumento a mais aos médicos nacionais. O aleitamento materno garantia que as crianças brancas não fossem amamentadas por mulheres consideradas racialmente inferiores, haja vista a crença de que o leite transmitiria qualidades morais aos bebês. A possibilidade de infectar moralmente os infantes, deturpando seu caráter, demonstra o perigo que os cativos representavam para as famílias brancas no imaginário desses homens de ciência.

O medo do escravo doméstico, tão próximo no convívio privado e cotidiano, percorreu todo o século XIX. Escravo esse que escutava as conversas dos seus senhores e as reproduzia na rua, em especial o que vivia na cidade e tinha maior mobilidade e, por conseguinte, maior contato com outras pessoas. Sandra Lauderdale Graham (1992, p.77) assevera que as vidas dos pobres “pertenciam ao mundo da rua”. Havia uma apropriação dos espaços públicos por essa camada da população, que os convertia em locais de sociabilidade onde se encontravam e teciam relações de amizade e afeto, se divertiam, jogavam etc. Os perigos que esses escravos que transitavam pelas ruas constituíam para as famílias foram muitas vezes representados pela literatura.

Na peça teatral *O demônio familiar*, de 1857, José de Alencar narrou a história do moleque Pedro – escravo que manipulava seu senhor. O menino, com intuito alcoviteiro, criou grande intriga e confusão. O senhor, assim como o cativo, era representado como uma vítima da escravidão, pois tinha o inimigo em casa, inventando e reproduzindo situações de foro íntimo e familiar em espaços públicos.

Havia também o medo das amas e criadas que conviviam no espaço interno da casa e tinham contato principalmente com as mulheres e crianças da família. Representavam um perigo para a educação, principalmente das filhas dos senhores, por contar histórias escabrosas e fantásticas que provocavam a credence em superstições e criaturas de outro mundo, fazendo com que as moçoilas se distanciassem da desejada mulher burguesa moderna, com conhecimento da ciência para melhor desempenhar suas atividades. As amas de leite podiam ir aos locais onde eram vendidos talismãs e objetos místicos e religiosos e comprar amuletos para si e para as crianças que amamentavam (Graham, 1992), levando essas crenças para a casa dos senhores para os quais trabalhavam.

Na literatura, esse tipo de medo também foi retratado, entre outros, por Joaquim Manoel de Macedo, em *As vítimas-algozes*, de 1869, romance de cunho abolicionista, composto por três novelas que narram os perigos que os escravos poderiam representar para as famílias brancas. De vítimas do sistema escravista – e em decorrência dele – os cativos passavam a carrascos, traindo seus senhores. Em todas as histórias, os escravos foram descritos como dissimulados, fazendo-se de submissos para os seus senhores, mas cometendo atos de desobediência no intuito de aplacar seus desejos. Em “Lucinda, a mucama”, uma das três novelas que compõem o romance, foi narrada a história da referida cativa, evidenciando o quão pernicioso era seu convívio com a filha do senhor, uma vez que a mesma era descrita como moralmente desviante do padrão normativo branco (Amaral, 2007).²

Ao tratar dos possíveis acidentes que as crianças poderiam sofrer, Carlos Costa ressaltou que, no caso das famílias abastadas, eles ocorriam porque as mães deixavam seus filhos aos cuidados das amas, não cumprindo plenamente sua função. A fim de provar suas assertivas, foi publicada, em 1879, uma listagem com os acidentes ocorridos com crianças no primeiro semestre daquele ano. Foram apresentados 32 acidentes com crianças entre oito meses e 15 anos, sendo quatro, fatais. Além desses dados, a tabela menciona os nomes dos infantes, as freguesias onde moravam, as datas dos ocorridos, os tipos de acidentes e suas consequências. Não foi especificada a fonte daqueles dados (Relação..., jul. 1879, p.103).

No período em questão, as criadas que cuidavam das crianças eram, em sua maioria, escravas. Para o médico, elas eram displicentes e não teriam esmero ao cumprir tal função,

estando mais preocupadas em fazer fofoca da vida de seus senhores e em conversar sobre futilidades do que em cuidar do rebento alheio:

não haverá quem não tenha tido ocasião de ver uma criancinha caminhar só pela rua, enquanto a criada ou pajem entretém-se com a ‘parceira’ a dar e receber notícias do que se passa no interior de nossas famílias.

Outras vezes contra a moral e a higiene vê-se uma menina interessante e bem vestidinha no colo de algum ‘beberrão de venda’, enquanto a aia conversa com o vendelhão ou o caixeiro (Costa, abr. 1879c, p.62; grifos do original).

A criada era acusada de abandonar a criança e aproveitar aquele ponto de encontro para entreter-se, chegando a deixá-la aos cuidados até mesmo de indivíduos alcoolizados. De acordo com Graham (1992, p.78), as vendas e tavernas estavam entre os locais mais frequentados pelas camadas menos abastadas da sociedade. As tavernas constituíam espaços destacados de sociabilidade, aos quais as pessoas se dirigiam para conversar, beber, além de comprar alimentos e mercadorias variadas. Para mostrar a importância desses locais na vida da população mais pobre, a autora menciona o caso da venda de um português onde uma jovem negra deixava sua lata de água para sair com o seu amado soldado. No exemplo publicado por Carlos Costa, não era a lata d’água que importava, e sim a criança que era deixada aos cuidados de outrem. Para provocar indignação e dramaticidade ainda maiores, ele descreveu o tal sujeito como um “beberrão”.

O principal problema das amas de leites dava-se quando a nutriz era escrava, considerada “mulher de mau gênio, pouco paciente e ‘pouco jeitosa’” (Costa, jun. 1879, p.82). Devido a tais problemas, segundo o médico higienista, a mãe jamais deveria deixar sua criança a sós com a ama. O autor assegurou ainda ter visto “amas que criam filhos de importantes e abastadas famílias nas tavernas, nos cortiços e até nas cocheiras!...” (Costa, jun. 1879, p.82). Sendo assim, a escrava representava um perigo para a família, não apenas devido a seu leite, por meio do qual transmitiria suas negativas características morais às crianças, mas também porque colocaria suas vidas em risco ao levá-las a locais considerados de pouca segurança e não higiênicos.

Ao apresentar os acidentes ocorridos com crianças na cidade do Rio de Janeiro, entre janeiro e junho de 1879, o médico afirmou que muitas delas estavam apenas acompanhadas de criadas que, por serem descuidadas e desleixadas, não perceberam o perigo que acabou ocasionando o acidente, muitas vezes fatal. Para solucionar tal problema, Carlos Costa sustentava que as mães não deveriam deixar “um só instante” de vigiar seus filhos (Costa, jul. 1879, p.102).

A responsabilidade seria sempre da mãe que, por descaso, entregava as crianças aos cuidados de outra pessoa. A educação infantil não devia ser relegada às descuidadas mucamas, portadoras de costumes pouco louváveis. As mães que assim agissem seriam irresponsáveis, por depositar sua confiança nesses “cancros sociais” (Costa, jul. 1880, p.98). Trata-se de uma terminologia comum àqueles abolicionistas que consideravam ser decorrentes da escravidão os males da sociedade brasileira.

A ameaça que as amas representavam para as meninas pode ser observada na seção “Palestra do Médico”, de Carlos Costa (dez. 1880, p.186; grifos do original): “se a menina

‘for amamentada por uma pessoa estranha e distante da vigilância materna’, desde os primeiros tempos, receberá a influência da ama, talvez mesmo tomará o caráter desta, não conhecendo as mais puras e santas carícias, e a saúde sofrendo, na maior parte das vezes, tornar-se-á mais tarde uma ‘mulher’ pouco útil”.

O autor deixou claro no decorrer do texto o que poderia tornar essa mulher “pouco útil”. Talvez ela deixasse de transmitir carinho, uma vez que fora amamentada por uma ama igualmente desprovida de afeto. A ausência desse sentimento transformaria a mulher em uma inútil porque não teria um dos atributos necessários para desempenhar adequadamente o papel de mãe. Outra hipótese é a de que o leite da ama não seria tão nutritivo quanto o materno e, portanto, faria com que a menina crescesse com uma saúde debilitada, eventualmente não conseguindo engravidar. Ou seja, nesse caso, ela seria ‘pouco útil’ por não poder desempenhar a principal função feminina – a maternidade. É possível que, por esses motivos, o autor tenha destacado em *itálico* a palavra mulher, no intuito de assinalar que, se ela não exercesse a maternidade, ou não a desempenhasse segundo os preceitos higiênicos, não poderia ser realmente chamada de mulher. Interessante que, até aquele momento, a maioria das mulheres que eram leitoras de seu jornal provavelmente, quando bebês, haviam sido amamentadas por amas. Assim sendo, se levada à risca a afirmação de Costa, todas as suas leitoras também teriam sido acometidas pelos problemas por ele descritos.

Um dos temas abordados na seção “Moléstia das Crianças” foi o onanismo, um assunto que deveria deter a atenção da boa mãe de família. Carlos Costa o definiu o como a sensação agradável provocada pelo atrito nos órgãos sexuais. Afirmou que a sensação iniciava-se já nos primeiros meses de vida. Por esse motivo, alertou às mães em relação à “perversidade das amas ou das criadas, que o provocam [sensação de prazer] para aquietar as crianças, porque elas sabem que isto lhes causa prazer” (Costa, 15 set. 1886, p.131). Aconselhou, então, que a mãe mantivesse uma vigilância intensa. Mais uma vez descreveu a ama como aquela que causaria mal à família, pois “nenhuma ama ou criada lhes deve merecer completa confiança” (Costa, set. 1886, p.131). Recomendou que a mãe observasse a criança especialmente na faixa etária de 10 a 12 anos em diante, porque nesse período o hábito seria intensificado, provocando a perda da saúde. O tratamento do onanismo também era de responsabilidade da mãe, que deveria fiscalizar rigorosamente as amas e as criadas, já que tal vício seria por elas iniciado. Salientou ainda que as mães “com ‘todo o jeito’ poderão aconselhar as [criadas] que não forem mal intencionadas e que façam as coisas por ignorância, lhes mostrando os perigos que sem querer fazem correr as crianças” (Costa, 15 out. 1886, p.147). Novamente nesse trecho, as amas são representadas como um perigo à solta dentro de casa.

Ao avaliar de que modo a prática do onanismo foi transformada em doença em finais do século XVIII e no decorrer do XIX, Rohden (2001, p.115) afirma que a “campanha contra a masturbação seria mais um dos elementos relacionados à ascensão da burguesia, que precisava se diferenciar da nobreza degenerada e da imprevidência operária, cuja sexualidade também seria desordenada”. Isso posto, a preocupação de Costa em garantir a ausência de tal ‘hábito’ inseria-se em uma esfera de valores burgueses que se pretendia

impor à elite da sociedade do Rio de Janeiro e, de modo mais amplo, do Brasil, tendo em vista o referencial de valores que a Corte representava para o resto do país.

A fim de fortalecer seus argumentos contra as amas de leite, o jornal publicou, na seção “Revista dos Jornais Científicos”, uma notícia sobre amas que se embriagavam. Tratava-se de uma nota do jornal francês *Lyon Medical*, que relatava o caso de um recém-nascido com convulsões que deixaram de ocorrer quando se descobriu que a ama lhe oferecia álcool para beber. Após não mais ingerir vinho, a criança melhorou (Revista..., ago. 1881, p.116). O excerto servia para alertar às mães brasileiras que o mesmo poderia acontecer aqui, que os maus hábitos da nutriz colocavam em risco a saúde daqueles sob seus cuidados.

Era recorrente a afirmação de que as amas não tinham afeto por aqueles que nutriam.³ Isto ocorreria devido ao fato de terem, na melhor das hipóteses, de dividir o alimento de seu filho com outro bebê; e na maior parte das vezes por serem apartadas de seus rebentos. Afastar o filho da escrava foi uma estratégia muito utilizada pelos senhores para alugá-las a um preço mais alto. Os pequenos cativos frequentemente eram levados para a Roda dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia, na qual o futuro era incerto e a morte uma forte probabilidade, já que a taxa de mortalidade das crianças ali abandonadas era altíssima. As crianças renegadas eram automaticamente consideradas livres. Havia o receio, por parte das irmãs de caridade, de que uma escrava fujona ali deixasse seu filho, vislumbrando um futuro melhor para ele ou que um proprietário viesse posteriormente buscar o escravinho entregue à roda (Carneiro, 2006).

Além da falta de carinho das amas escravas, as teses de medicina apontavam outros fatores para desqualificar a salubridade do seu leite – a própria escravidão prejudicaria sua qualidade, visto que as amas sofriam maus-tratos físicos e morais decorrentes do sistema. Outros fatores que explicariam tal situação seriam a precária condição do cativo, que favorecia o aparecimento de muitas doenças e os fatores hereditários, que poderiam ser transmitidos aos bebês provocando problemas terríveis (Carneiro, 2006).

Apesar de considerar a amamentação materna fundamental e execrar aquela realizada pelas amas de leite, Costa (maio 1881, p.67) mostrava-se favorável à criação de uma lei que obrigasse as escravas que eram alugadas com essa finalidade a passar por um “rigoroso exame”. O fato de defender a criação da referida lei indica que o médico tinha consciência de que este recurso era bastante utilizado na sociedade brasileira e ainda o seria por algum tempo. Tal posição seria, então, uma tentativa de minimizar os problemas decorrentes desse tipo de aleitamento.

Contudo, nem todas as amas necessitariam passar por exames, apenas as cativas sendo objeto de suspeita. O grande problema desse tipo de aleitamento não era o fato de a mãe deixar de amamentar seu filho, e sim, o de entregá-lo para que uma escrava o fizesse. Caso contrário, o médico recomendaria que qualquer ama passasse pela avaliação, independente de seu *status* jurídico. Muito provavelmente, Costa desejava que esse tipo de exame se estendesse também às libertas, e que o ponto central fosse o aleitamento feito por negras, haja visto o modo como o médico a elas se referia: “negras africanas, estúpidas, cheias de vícios, sem carinhos etc.” (Costa, maio 1879, p.67), o que evidencia a presença da questão racial em sua interpretação. Outro motivo a ser considerado é que o referido exame também

poderia valer para as forras que, tendo conhecido a escravidão, vivenciaram todos os males decorrentes do sistema e teriam as mesmas condições físicas e morais daquelas que ainda sofriam com o cativo.

Já existiam médicos que examinavam amas para atestar a qualidade do leite. Entretanto, era facultativo levar a nutriz para ser avaliada, e esse recurso foi pouquíssimo utilizado, o que demonstra que talvez as mulheres não julgassem necessário o exame. O redator de *A Mãe de Família* enalteceu a iniciativa privada que colocou à disposição consultórios médicos para os referidos exames, como o que era gerenciado pelos profissionais Silva Araujo e Moncorvo de Figueiredo.

Em 1876, Moncorvo de Figueiredo redigiu um projeto que previa a obrigatoriedade da inspeção de todas as amas de leite (livres ou escravas). Contudo, assim como os anteriores, esse tampouco foi levado a cabo, por falta de apoio das autoridades. O projeto regulamentava um sistema de controle e fiscalização, além de estabelecer condições institucionais para o seu funcionamento, por meio da criação de um escritório central na Corte, anexo à Junta Central de Higiene, e de outros nas províncias. O serviço ajudaria tanto as mães das classes abastadas – uma vez que garantiria o leite que amamentaria seus filhos – como as das camadas médias e pobres, ao servir de intermediário gratuito entre estas últimas e as amas de leite. De acordo com Maria Carneiro (2006, p.172), “era uma proposta objetiva e política de encaminhar aquele debate no âmbito da administração pública”, com objetivo de controlar e assim promover um governo higiênico.

Dez anos após a confecção do projeto de Moncorvo de Figueiredo, Carlos Costa ainda lamentava que a criação de um instituto específico para o exame das amas de leite tivesse sido deixada de lado pelo Ministério do Império. Recordava, todavia, a existência de locais para realização do exame das amas de leite. Tendo em vista a pouca procura para a realização dos exames, Costa (maio 1886, p.69) sugeriu que a Inspetoria de Higiene proibisse o anúncio de amas sem que as mesmas estivessem munidas do certificado de qualidade.

“A mãe escrava”

Entre o final de 1879 e o início de 1880, foi publicado em *A Mãe de Família* o conto “A mãe escrava”, assinado por Solrac. É provável que tenha sido escrito pelo próprio redator, pois Solrac é um anagrama de Carlos, e as ideias ali apresentadas eram as mesmas por ele defendidas. A história publicada em oito partes narrava as desventuras de uma ama de leite.⁴ Clara era escrava e fora alugada para ser ama de leite em uma casa na qual, para seu espanto, além de amamentar a filha da senhora, teria de alimentar também uma criança negra. Ela não sabia quem era a mãe daquela enjeitada e se questionou a respeito. Lembrou-se de sua filha, que imaginava ter morrido após ter sido arrebatada por seus senhores, a despeito de suas súplicas para que a deixassem ao seu lado.

Enquanto amamentava a magra criança negra, foi chamada pelos senhores e, “prontamente à ordem ‘dos brancos’”, foi apresentada à robusta filha da senhora, que deveria ser amamentada de duas em duas horas, enquanto a outra de três em três – sendo que, nos intervalos, deveria ser oferecido leite de vaca à mesma (Solrac, jan. 1880, p.7; grifos do

original). Esse sistema de revezamento, que favorecia o bebê branco, também era comum quando a escrava ainda tinha seu rebento por perto.

A senhora questionou o motivo pelo qual Clara ficara tão comovida ao amamentar a pequena negra. A cativa narrou o ocorrido e, então, a senhora C. prometeu verificar o paradeiro de sua pequenina filha. Clara perguntou-lhe sobre a origem da menininha negra, e a senhora respondeu que era uma enjeitada que o caridoso senhor C. havia recolhido.

Ao saber dessa conversa, o senhor C. perguntou à proprietária de Clara em que momento seu bebê fora enviado à roda. Após investigar, concluiu que a escrava e a criança que estavam em sua casa eram mãe e filha. Clara não ficou sabendo da descoberta porque a “Sra. C. entretanto quis guardar o silêncio em relação à Clara para que a amamentação de sua filha nada sofresse” (Solrac, fev. 1880, p.23).

Aqui aparece a ameaça que o escravo poderia representar à família. Mesmo sendo descrito como extremamente generoso, obcecado em realizar bondades, o senhor C. concordou com sua esposa, afastando a pequenina da mãe escrava. A sua bondade estava estruturada dentro da lógica paternalista, na qual a proteção senhorial estava vinculada à obediência escrava. Com receio que este sistema se rompesse, ele não revelou a descoberta.

Nas semanas seguintes, Clara continuou a amamentar as duas crianças, mostrando a sua “boa índole e bem tratada como era, muito lucrou na nutrição” (Solrac, fev. 1880, p.23). Mais uma vez, mantinha-se o esquema paternalista – a escrava recebia alimento e, em contrapartida, se comportava bem. Porém, em determinado momento, a Sra. C. deixou escapar algo, insinuando a verdade. Clara não compreendeu por que razão seus amos, que eram tão bons, não haviam lhe contado a verdade, e isto “fez nascer em seu espírito fraco, ideias até extravagantes” (Solrac, fev. 1880, p.23). Sua “boa índole” desapareceu quando a verdade veio à tona, e ela descobriu que estava sendo enganada pelos senhores. A escravidão corrompeu aquela alma originalmente boa.

Após tal descoberta, a ama tratou com mais zelo a criança que suspeitava ser sua filha. Mesmo não tendo certeza, deixou de atender prontamente a criança branca. Contudo, Clara agia dessa forma por seguir seu “coração de mãe infeliz”. Não era má por natureza, o instinto materno a comandava, fazendo-a preterir a filha do senhor em favor da sua (Solrac, fev. 1880, p.23).

Ao perceber que a escrava dedicava mais atenção à sua suposta filha, a senhora C., sem o conhecimento do marido, enviou a criancinha negra para a casa de uma parenta, tomando o cuidado de alugar uma escrava para amamentá-la ou para efetuar o aleitamento artificial.

Quando Clara soube que a criança não estava mais na casa, sem saber a real razão do acontecido, ficou desolada e, como “a voz impotente da maternidade lhe gritava n’alma e esta embora sufocada, desde o nascer, pela injustiça dos usurpadores da liberdade, sacudiu os grilhões e pela primeira vez em sua vida revoltou-se” (Solrac, mar. 1880, p.47). A cativa, que até aquele momento suportava o jugo do cativo em silêncio, pela primeira vez rebelou-se contra a opressão. A retirada de sua filha, pela segunda vez, foi um golpe extremamente forte. Mais uma vez era a escravidão que desvirtuava e pervertia a pessoa.

Ao tomar conhecimento do ocorrido, o senhor C. condenou a atitude de sua esposa, planejando buscar a menininha de volta. Mas a senhora C. mostrou-se imutável,

retrucando: “Negros são sempre negros, respondeu a senhora C., não duvido que ela estime seu filho; mas também agora são exagerações; porque talvez espere algum benefício...” (Solrac, mar. 1880, p.47). Para a senhora, a atitude de Clara estava condicionada ao fato de ela ser negra, e não ao sofrimento que sentia. Mesmo contrário a tudo aquilo, o senhor C. acatou as exigências de sua esposa e não foi buscar a criança. O senhor C. foi sempre descrito como uma pessoa muito bondosa, as atitudes contrárias à sua natural bondade tendo sido tomadas por influência de sua esposa.

O senhor C. passou a observar Clara, que durante certo tempo voltou a se comportar como antes. Porém, uma noite ele a viu ingerindo um líquido de um frasco e colocando algumas gotas do mesmo em um copo. Ao dirigir-se para o piso superior, desistiu e jogou fora o conteúdo do copo. A escrava saiu de casa e, já na rua, encontrou-se com um negro, conversaram e saíram andando. O senhor C., que seguia a cativa, voltou para a casa e avisou a polícia sobre o ocorrido.

Pouco tempo depois, o senhor C. recebeu um pedido das autoridades policiais e foi atendê-lo. Dirigiu-se para a Cidade Nova, onde um soldado havia encontrado, em uma miserável casa, os cadáveres de Clara e de uma criança. O subdelegado já estava lá, tendo sido chamado devido a um caso de suicídio. O senhor C. relatou todo o ocorrido, informando que iria providenciar o enterro de ambos e pagar a proprietária da escrava, mas questionou sobre a identidade daquele negro.

O negro que acompanhou Clara foi quem esclareceu tudo. A escrava havia decidido fugir com sua filha, mas não sabia onde ela se encontrava. Foi, então, que ouviu as outras negras da cozinha comentarem sobre “um preto que adivinhava, um feiticeiro, uma espécie de Juca Rosa” (Solrac, maio 1880, p.79) – famoso feiticeiro preso na década de 1870. Ela viu naquele homem a possibilidade de conhecer o paradeiro de sua filhinha. Decidiu procurá-lo para buscar auxílio, mas “o que se passou, bem podem avaliar todos os que conhecem a malvadez estúpida e a credulidade fanática dos africanos” (p.79). Penso que o autor do conto não se referia apenas aos africanos, mas aos negros em geral, visto que não eram só africanos que buscavam tal tipo de ajuda. Aliás, muitos brancos também o faziam. Porém, a crítica se dirigia aos negros, descritos como portadores de uma “malvadez estúpida” (p.79) inata, que, aliada à grande fé que possuíam, era extremamente danosa. Classificar os negros como naturalmente cruéis situa-os como inferiores àqueles que não o eram, no caso os brancos, indicando uma racialização da sociedade.

O feiticeiro, alcunhado pelo autor de “Pai Quibombo”⁵, havia aconselhado Clara a embriagar o bebê do senhor C., para que não quisesse mamar à noite e, assim o fazendo, ela poderia concretizar o plano de encontrar a sua filha. O grande culpado pelo triste desenrolar da história teria sido o feiticeiro que persuadiu Clara que, apesar de moralmente boa, tinha o “espírito fraco” e seguiu seus conselhos:

O preto Africano ousadamente e com todos os artifícios soube iludir a pessoa que guardava a filha de Clara, e na noite da fuga desta lhe entregou.

Como se recordam as leitoras, Clara ao sair da casa de seus amos, patenteara ao princípio, alucinada como mostrava estar, desejos criminosos sobre a criança que amamentava. O seu coração naturalmente bom arredou-a desse infame propósito.

Mas todas as cenas que tinham se passado desde o seu parto, as lutas que tinha tido o seu espírito fraco abateram-lhe finalmente o moral e um médico-legista não erraria se considerasse Clara louca na noite em que saiu da casa do Sr. C.

Assim é que apenas o feiticeiro lhe entregou a filha, precipitou-se sobre ela e estrangulou-a com suas mãos ingerindo imediatamente depois todo o conteúdo de um frasco que consigo trouxera.

.....

O que podemos acrescentar a esta história de todos os dias?

É que a nuvem negra que empana o brilho do sol de nossa Pátria só poderá dissipar-se com o sopro benéfico da ‘Emancipação dos escravos’!

FIM

(Solrac, maio 1880, p.79).

Desesperada, Clara preferiu a morte a se separar novamente de sua filha, e ambas acabaram mortas em decorrência da escravidão. Devido à condição de escrava, teve sua filha por duas vezes apartada de si. Apesar de não ser má, Clara era moralmente frágil, e estes acontecimentos, acrescidos do forte instinto maternal (natural em toda mulher), transformaram aquela pobre alma, fazendo com que deixasse de se comportar amavelmente e cometesse atos de loucura (patologia que poderia ser atestada por qualquer médico) – fugindo, matando sua filha e depois a si mesma.

Koutsoukos (2010, p.181-184) compara a mudança no comportamento de Clara com o caso real da escrava Joaquina. Em 1803, essa cativa foi vendida sob a condição de que seria liberta três anos mais tarde. O casal que a comprou já a havia alugado como ama de leite para o primeiro filho e queria que ela prestasse o mesmo serviço para o segundo, uma vez que tinha se mostrado muito amável. Entretanto, quando descobriu que teria sua liberdade em breve, Joaquina começou a se mostrar “desobediente” e “petulante”. Tanto no caso fictício de Clara quanto no verídico de Joaquina, o que estava em questão era a fragilidade do afeto da ama.

O conto de cunho abolicionista procurava chamar a atenção para a recorrência de histórias como essa, procurando convencer os leitores de que todos os dramas vivenciados poderiam deixar de existir com o fim da escravidão. Nele são apresentados os perigos que os escravos domésticos representavam para as famílias brancas, os problemas decorrentes de entregar as crianças para serem amamentadas por amas de leite, o paternalismo senhorial, a corrupção da moral provocada pela escravidão, os perigos que os feiticeiros negros significavam para a sociedade, a racialização da sociedade, a histeria feminina. Temas tratados por Carlos Costa em seus diversos artigos, principalmente na seção “Palestra do Médico”.

A Mãe de Família era um jornal de caráter abolicionista. Logo em seu primeiro ano de publicação, Costa destacou que esperava contar em breve com a colaboração de José do Patrocínio, o que sugeria uma possível simpatia com essa causa. A hipótese pode ser corroborada pelo fato de o médico também ter escrito na *Gazeta de Notícias* quando Patrocínio era colaborador da folha (Costa, Lombaerts & Cia., abr. 1879, p.57).

Em 1884, na seção “Educação”, Carlos Costa (15 mar. 1884, p.37) publicou uma série de artigos intitulados “As senhoras brasileiras são escravocratas”. Inicialmente, ressaltou que

a abolição da escravidão era uma “magna questão [que] preocupa hoje todos os espíritos em nosso país”, lembrando que o jornal já havia abordado o assunto em 1879, ocasião em que publicara o pequeno romance “A mãe escrava”. Sublinhou ainda o papel preponderante da mulher para dar fim à utilização do elemento servil. Citou, como exemplo, o caso da condessa do Rio-Novo que havia alforriado muitos cativos (p.37).

Costa afirmou ainda que as senhoras não educavam as escravas e sim as tratavam como “animais de estimação”, quando ainda crianças. Davam-lhes não apenas cafunés, mas também castigos físicos. Isso até seus oito a 13 anos. Depois disso, o tratamento mudava devido às alterações físicas sofridas pela escrava. A esse respeito, o médico criticou as senhoras que não educavam suas cativas e depois lhes demandavam pudor. Ou seja, ele as considerava despidoradas, mas não naturalmente e sim como consequência da ausência de educação – “A esses entes [escravas] que não quiseram educar nem física, nem moral, nem intelectualmente, completamente materializadas, pretendem inspirar um pudor, que entretanto não têm as pobres coitadas o direito de guardar, desde que o capricho de qualquer sensualista, o queiram comprar” (Costa, 15 mar. 1884, p.38).

As senhoras não ofereciam nenhum tipo de educação às escravas e, por esta razão, elas não possuíam pudor de qualquer tipo. Contudo, ainda que tivessem sido educadas, isto de nada valeria, devido à condição cativa à qual estavam submetidas.

Para exemplificar o modo como as senhoras agiam em relação à escravidão, Costa mencionou o caso de uma escrava cuja filha recorreu à Justiça para solicitar sua alforria. A filha da dita escrava havia sido liberta e conseguira obter a quantia de 200\$000. Em seguida, ofertou esse dinheiro à mãe, que estava com cerca de 50 anos, para que pudesse comprar sua liberdade. Dirigiu-se, então, a cativa até sua senhora e, argumentando estar doente, pediu para que concedesse sua carta de alforria por tal quantia. Indignada, a senhora negou o pedido, replicando que não a venderia “por menos de um conto de réis” (Costa, 31 mar.1884, p.46). Porém, a filha da escrava entrou na Justiça para requerer a liberdade de sua mãe. Carlos Costa, por ser médico da família da senhora, foi convidado a ser o perito da proprietária. Ao examinar a cativa, constatou que ela estava realmente doente, com “dilatação da aorta”, e que seria uma “pechincha obter os 200\$000” (p.46). A senhora, por sua vez, ficou indignada com o fato de ele ter considerado justa a quantia. O médico perito da escrava concordou com o referido valor, e a pobre mulher foi libertada. Devido ao seu parecer, Carlos Costa não foi mais chamado para atuar como médico da referida família.

Não era extraordinária uma situação como essa, em que o médico era afastado ou repreendido por não concordar com a proposta senhorial, beneficiando, desse modo, o escravo. Esses profissionais costumavam ser chamados quando os escravos pretendiam provar uma doença, um problema físico ou sua idade avançada, a fim de diminuir seu valor. Nas ocasiões em que o laudo era oposto ao esperado, os curadores reclamavam, chegando a contestar a legitimidade do mesmo e a acusar o médico de imparcialidade (Xavier, 1996, p.56).

Ainda em relação às denúncias contra as senhoras escravistas, o redator ressaltou que as “senhoras idosas e jovens” transmitiam às crianças o modo de lidar com os escravos e também a valorização da escravidão (Costa, 15 maio 1884, p.69). De acordo com Carlos Costa, as crianças aprendiam a considerar o escravo como qualquer outra criação que a

família possuía, e só depois, com a educação, percebiam como havia agido como criminosas. Entretanto, afirmou existirem mulheres que “seja por vaidade, ou por ostentação, ou por *coquetterie*” já estavam atuando na causa “civilizadora”, fazendo doações às festas abolicionistas (p.69). Contudo, em momento algum ele as descreveu como conscientes dos males da escravidão. Se agiam contrariamente ao sistema não era por uma questão de princípios. O autor congratulou ainda a criação da “sociedade abolicionista infantil”, que transformaria os “futuros cidadãos” em “paladinos” da “ideia abolicionista” (p.69).

Após condenar a escravidão durante todos seus anos de existência, os colaboradores de *A Mãe de Família* comemoraram a emancipação, ocorrida em 1888. Na abertura da primeira edição após o 13 de maio, Carlos Costa e os redatores apresentaram uma nota referente à Abolição, enfatizando estarem “orgulhosos” por não fazerem parte de um país onde há escravidão. Condizente com toda a crítica que haviam feito ao sistema escravista, destacaram: “Nós, que também deste lugar, trabalhávamos pela grande ideia, congratulamo-nos com o mundo Livre, pela última conquista que lhe restava” (Costa, Lombaerts & Cia, 15 maio 1888, p.65).

Para Costa, a escravidão constituía o cancro da sociedade, a causa de inúmeros males. Em relação às amas de leite, por exemplo, a questão central residia no fato de muitas delas serem cativas, o que influía na qualidade de seu leite, já que a maioria tinha seus próprios filhos apartados de si. Todavia, com o fim da escravidão, tais problemas estariam solucionados.

Bem sabeis, minhas senhoras, quantas lutas, quantos sofrimentos experimentaram as senhoras brasileiras, durante o longo e desgraçado período da escravidão no Brasil, quando eram obrigadas a recorrer às pobres mães escravas para servirem de amas! Sabeis que estas mulheres iam muitas vezes, como verdadeiras vítimas para o sacrifício, sendo forçadas por bárbaros senhores a enjeitarem seus filhos ...

Pois bem, agora, graças a gloriosa lei de 13 de Maio, não há mais mães escravas; todas as mulheres são iguais; de sorte que não haverá mais distinção entre as amas de leite livres e escravas. Elas poderão atualmente servirem como amas, por sua livre vontade e é natural supor-se que farão a amamentação de bom coração, podendo levar consigo seus filhos. (Costa, 30 jul. 1888, p.89).

Com a abolição, Carlos Costa reforçou seu posicionamento contrário ao regime. Solidarizou-se com os sofrimentos das mães escravas, que eram obrigadas a enjeitar seus filhos e a servirem como amas de leite. A partir do momento em que essas mulheres se tornaram livres, elas poderiam escolher trabalhar como amas, o que faria com que o leite produzido fosse de melhor qualidade, já que não mais seriam obrigadas a abandonar seus filhos. Ao igualar todas as amas de leite, independente de serem brancas ou negras, Carlos Costa não utilizou o discurso racista do qual havia lançado mão alguns anos antes durante a vigência do sistema escravista.

Todavia, o médico continuava a sustentar que o melhor alimento ainda era o leite materno, e que o aleitamento feito por uma ama só deveria ocorrer em última hipótese. Mesmo livres, essas amas ainda representavam perigo, “as amas sendo livres terão outras exigências, poderão facilmente abandonar a casa ou ‘contrair ligações’ que podem ser prejudiciais às crianças. Convém pois que saibas dirigir, por assim dizer a educação dessas mulheres” (Costa, 30 jul. 1888, p.89).

As amas continuavam representando perigo para aqueles que requeriam seus serviços. Não mais por não possuírem leite de qualidade, mas por não terem uma vida regrada dentro da moral estabelecida pelos preceitos da higiene. Se antes eram os males advindos da escravidão que poderiam fluir através do leite e contaminar os bebês, agora era o próprio comportamento que denotava uma moral não muito sólida. Uma maneira de minimizar esses transtornos era a contratante conduzir e orientar a educação da ama, garantindo que ela estivesse satisfeita em seu trabalho e, assim, amamentasse adequadamente a criança.

Considerações finais

Por fim, para Carlos Costa, a mãe deveria amamentar seu próprio filho porque entregá-lo para ser alimentado por uma ama de leite configurava perigo extremo, especialmente sendo a maioria das nutrizas escrava. A instituição da escravidão havia corrompido essas mulheres, que não aleitavam adequadamente, segundo os parâmetros higiênicos. O seu leite era ruim, o que se explicava pelo fato de seus filhos terem sido levados, na maioria das vezes, à roda, acometendo-as de tristeza e rancor que acabariam prejudicando a qualidade do alimento por elas produzido. Além do perigo moral, as crianças poderiam adquirir características da nutriz, tornando-se, entre outras coisas, impertinentes. A construção da crítica às amas de leite estava fundamentada na escravidão. Eliminar o hábito de fazê-las amamentar os bebês de seus senhores também significava distanciar-se do regime de escravidão, tornando a imagem do país mais higiênica e condizente com os valores burgueses então em voga.

Defender o aleitamento materno era uma maneira de forjar uma mudança na ordem familiar, que a partir de então estaria fundamentada em uma sociedade burguesa liberal. A nova família deveria abandonar o uso das amas de leite, escravas em sua maioria, afastando, dessa forma, também o próprio escravismo. Aqueles que tinham seus filhos amamentados pelo seio materno estariam alinhados às propostas de modernização do país, por meio de um ambiente familiar higiênico longe da escravidão. O passado colonial e a escravidão significavam a barbárie e, para distanciar-se desse modelo de sociedade, um projeto moderno deveria ser instaurado, no qual estava inclusa a reformulação da ordem familiar.

NOTAS

¹ Uma discussão acerca da alimentação infantil nesse período pode ser encontrada em Freire, 2009 e Pereira, 2008.

² Robert W. Slenes (1999, p.141), ao analisar o referido romance e depoimentos de viajantes europeus que estiveram no Brasil, observa que: “O racismo, os preconceitos culturais e a ideologia do trabalho da época predispunham os viajantes europeus e os brasileiros ‘homens de bem’ a verem os negros, que aparentemente não seguiam suas regras na vida íntima, como desregrados”.

³ A questão do afeto dos senhores pelas amas, das amas pelos senhores e das amas pelas crianças por elas aleitadas foi discutida por Koutsoukos (2010) ao analisar as fotografias de amas negras e crianças brancas por elas nutridas.

⁴ Só comecei a acompanhá-la a partir do quarto episódio, pois não pude encontrar a série completa do jornal, estando ausentes os números nos quais o conto teve início. A trama aqui narrada refere-se àquela impressa entre janeiro e maio de 1880.

⁵ “Pai Quibombo” era o modo como a imprensa se referia ao feiticeiro Juca Rosa. De acordo com Sampaio (2009, p.197), “Termos próximos a estes são referidos por Nei Lopes em seu *Dicionário banto: quimbombo*, por exemplo, é ‘pai de santo’; o termo seria relativo a *quimbanda*, ‘linha ritual da umbanda que trabalha principalmente com exus’ que, no Brasil, seria ‘linha de práticas também maléficas’. Outra possibilidade para o termo *quimbanda* seria ‘sacerdote de cultos de origem banta’, ou ‘sacerdote e médico ritual, correspondente ao quicongo *nganga*. Já *quimbamba* significa ‘ente fantástico’, e *quimbango*, ‘feiticeiro’. Todos podem ser variações do termo que tanto aparece nos jornais do século XIX, ‘Pai Quibombo’. Na consulta a outros dicionários, *quimbombo* significa exatamente ‘pai de santo, dirigente de terreiro, iniciado-chefe’; deriva do quimbundo *kimbamba*. Já *cambondo*, *cambono* ou *cambone*, com origem no quimbundo *kambundu*, aparece em vários dicionários de cultos afro-brasileiros, ora significando auxiliar de pai de santo, ora tocador de atabaque, mas sempre ligado ao candomblé de Angola-Congo e outros cultos de influência banto”.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Sharyse.
Emancipacionismo e as representações do escravo na obra literária de Joaquim Manoel de Macedo. *Afro-Ásia*, Salvador, n.35, p.199-336. 2007.
- AMOR...
Amor materno. *A Mãe de Família*, Rio de Janeiro, ano 1, n.17, p.133-134, set. 1879.
- CAMARA, Sonia.
O jornal *Mãe de Família* como estratégia de intervenção: medicina, higiene e educação na fabricação da infância e da família no Brasil dos finais do século XIX. In: Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, 7., 2008, Porto. *Actas...* Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto. p. 1-11. 2008.
- CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro.
Procura-se uma “preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa”: uma cartografia das amas de leite na sociedade carioca (1850-1888). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília. 2006.
- COSTA, Carlos.
Palestra do médico 12. *A Mãe de Família*, Rio de Janeiro, ano 10, n.12, p.89-90, 30 jul. 1888.
- COSTA, Carlos.
Moléstia das crianças. *A Mãe de Família*, Rio de Janeiro, ano 8, n.19, p.146-147, 15 out. 1886.
- COSTA, Carlos.
Moléstia das crianças. *A Mãe de Família*, Rio de Janeiro, ano 8, n.17, p.130-131, 15 set. 1886.
- COSTA, Carlos.
A inspetoria de higiene pública e os exames de amas de leite. *A Mãe de Família*, Rio de Janeiro, ano 8, n.9, p.69-70, 15 maio 1886.
- COSTA, Carlos.
As senhoras brasileiras são escravocratas 3. *A Mãe de Família*, Rio de Janeiro, ano 6, n.9, p.69-70, 15 maio 1884.
- COSTA, Carlos.
As senhoras brasileiras são escravocratas 2. *A Mãe de Família*, Rio de Janeiro, ano 6, n.6, p.46-47, 31 mar. 1884.
- COSTA, Carlos.
As senhoras brasileiras são escravocratas 1. *A Mãe de Família*, Rio de Janeiro, ano 6, n.5, p.37-38, 15 mar. 1884.
- COSTA, Carlos.
Exame de amas de leite. *A Mãe de Família*, Rio de Janeiro, ano 3, n.9, p.67-68, maio 1881.
- COSTA, Carlos.
Palestra do médico 48. *A Mãe de Família*, Rio de Janeiro, ano 2, n.24, p.186-187, dez. 1880.
- COSTA, Carlos.
Palestra do médico 37. *A Mãe de Família*, Rio de Janeiro, ano 2, n.13, p.98, jul. 1880.
- COSTA, Carlos.
Os acidentes nas crianças. *A Mãe de Família*, Rio de Janeiro, ano 1, n.13, p.102, jul. 1879.
- COSTA, Carlos.
Palestra do médico 13. *A Mãe de Família*, Rio de Janeiro, ano 1, n.13, p.97-98, jul. 1879.
- COSTA, Carlos.
Palestra do médico 11. *A Mãe de Família*, Rio de Janeiro, ano 1, n.11, p.81-83, jun. 1879.
- COSTA, Carlos.
Palestra do médico 9. *A Mãe de Família*, Rio de Janeiro, ano 1, n.9, p.65-67, maio 1879.
- COSTA, Carlos.
O nosso inverno. *A Mãe de Família*, Rio de Janeiro, ano 1, n.8, p.63-64, abril 1879a.
- COSTA, Carlos.
Palestra do médico 8. *A Mãe de Família*, Rio de Janeiro, ano 1, n.8, p.57-59. abr. 1879b.

COSTA, Carlos.
Os acidentes nas crianças. *A Mãe de Família*,
Rio de Janeiro, ano 1, n.8, p.61-62, abr. 1879c.

COSTA, Carlos; LOMBAERTS & Cia.
Ave libertas! *A Mãe de Família*, Rio de Janeiro,
ano 10, n.9, p.65, 15 maio 1888.

COSTA, Carlos; LOMBAERTS & Cia.
Aos nossos colaboradores. *A Mãe de Família*,
Rio de Janeiro, ano 1, n.8, p.57, abr. 1879.

FREIRE, Maria Martha de Luna.
*Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista
no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2009.

GRAHAM, Sandra Lauderdale.
*Proteção e obediência: criadas e seus patrões no
Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo:
Companhia das Letras. 1992.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado.
*Negros no estudo do fotógrafo: Brasil, segunda
metade do século XIX*. Campinas: Editora da
Unicamp. 2010.

PEREIRA, Júnia Sales.
*História, ciência e infância: narrativas
profissionais no processo de singularização da
pediatria como especialidade*. Brasília: Capes;
Belo Horizonte: Argumentum. 2008.

RELAÇÃO...
Relação dos menores que foram vítimas dos
acidentes ocorridos. *A Mãe de Família*,
Rio de Janeiro, ano 1, n.13, p.103, jul. 1879.

REVISTA...
Revista dos jornais científicos. *A Mãe de Família*,
Rio de Janeiro, ano 3, n.15, p.116, ago. 1881.

ROHDEN, Fabíola.
*Uma ciência da diferença: sexo e gênero na
medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Editora
Fiocruz. 2001.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis.
Juca Rosa: um pai de santo na Corte imperial.
Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2009.

SLENES, Robert W.
*Na senzala uma flor: esperanças e recordações na
formação da família escrava – Brasil, Sudeste,
século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
1999.

SOLRAC.
A mãe escrava. *A Mãe de Família*, Rio de
Janeiro, ano 2, n.10, p.79, maio 1880.

SOLRAC.
A mãe escrava. *A Mãe de Família*,
Rio de Janeiro, ano 2, n.6, p.47. mar. 1880.

SOLRAC.
A mãe escrava. *A Mãe de Família*,
Rio de Janeiro, ano 2, n.10, p.23, fev. 1880.

SOLRAC.
A mãe escrava. *A Mãe de Família*, Rio de
Janeiro, ano 2, n.1, p.7-8, jan. 1880.

TURACK, Cynthia Fevereiro.
*Mulheres-mãe: memória e construção de
sentidos no discurso do periódico A Mãe de
Família (1879-1888)*. Dissertação (Mestrado em
Memória Social) – Centro de Ciências
Humanas e Sociais, Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2008.

XAVIER, Regina Célia Lima.
*A conquista da liberdade. Libertos em Campinas
na segunda metade do século XIX*. Campinas:
Área de Publicações CMU/Unicamp. 1996.

